

SEINFRA FLÁVIO JR. DIZ TER AFINIDADE COM PASTA

Deputado estadual foi indicado pelo governador eleito, Rafael Fonteles, para comandar Secretaria de Infraestrutura.

» PÁG. 03

Jailson Soares/O DIA



DR. PESSOA "TEM MUITA MENTIRA E FUTRICAGEM"

O prefeito comenta crise administrativa e política gerada em torno de sua incapacidade de articulação política.

» PÁG. 02

COPA DO MUNDO SERVIDORES TERÃO DIREITO A FOLGA

O prefeito de Teresina, assinou decreto que permite a saída dos servidores 1 hora antes do início dos jogos da Seleção.

» PÁG. 02



Jailson Soares/O DIA

CAOS NO SISTEMA

SETUT CALCULA EM R\$ 125 MILHÕES DÍVIDA DA PREFEITURA COM O TRANSPORTE COLETIVO

O Sindicato destaca que entre os principais entraves está os constantes atrasos de subsídios e repasses financeiros. De R\$ 2.150.000 milhões pactuados junto ao TRT-PI, para a prefeitura repassar mensalmente aos consórcios, a Prefeitura só tem repassando R\$ 850 mil por mês. A dívida é referente a diferença na tarifa de ônibus, das gratuidades, das integrações. Setut prevê colapso no sistema.

» PÁG. 03

Jailson Soares/O DIA



CANDIDATURA SEVERO EULÁLIO BUSCA VOTOS FORA DO MDB NA LUTA PARA CHEGAR À PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ

» PÁG. 03



Em Dia



Jailson Soares/ODIA

Deficiência invisível

os desafios das crianças ostomizadas no Piauí

Emelly Alves
Especial para O DIA

Ithyara Borges
Repórter

Longe das críticas de uma sociedade desinformada, as crianças ostomizadas do Piauí possuem uma vida normal, mas não sem os desafios de qualquer pessoa que precisa de atendimento na rede de saúde pública. No Estado, 52 crianças estão cadastradas no Programa Ostomizados do Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo (CISLA) e têm o direito de, por exemplo, receberem as bolsas de colostomia gratuitamente, além de toda a assistência com uma equipe de profissionais multidisciplinares.

Mas, entre julho e setembro deste ano, uma falha no sistema de compras da Fundação Municipal de Saúde de Teresina (FMS) fez com que o estoque de bolsas de colostomia do programa zerasse. Neste período, os pacientes ficaram prejudicados e precisaram conseguir de outra forma o material que é indispensável na higiene do dia a dia, e que é caro.

A bolsa de colostomia é o instrumento que coleta as fezes de quem precisou passar por um procedimento cirúrgico de abertura de um ostoma/estomia, ou seja, a construção um novo “canal” para a saída dos excrementos. O uso dela pode ser temporário ou definitivo, e é indicado para pacientes que sofrem de doenças inflamatórias no intestino, câncer intestinal ou até problemas de saúde que exigem a amputação do reto.

Pela Legislação Brasileira, desde 2004, a ostomia é reconhecida como uma deficiência física. Ela também é considerada uma deficiência invisível porque o paciente tem o órgão exteriorizado, mas as pessoas não veem. Com isto, eles têm acesso aos benefícios sociais e equipamentos necessários.

Segundo o presidente da Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Piauí (OAB-PI), Willians Cardec, é direito das pessoas ostomizadas não só o recebimento da bolsa de colostomia, mas também o acompanhamento de profissionais da área. “O poder público não deve somente entregar o produto, mas fornecer uma equipe que consiga acompanhar o paciente, avaliar qual o melhor tipo de bolsa e, inclusive, ensinar a usá-la. É preciso entender a periodicidade da troca, de maneira a manter o conforto e a qualidade de vida do paciente”, explica.

O pequeno Anthony Tobias, de 1 ano e 11 meses, nasceu sem um pedaço do intestino, com uma doença chamada de Megacólon Congênito, e desde os primeiros dias de vida ele elimina as fezes por um canal aberto pelos médicos no abdômen. Aos seis meses passou a usar a bolsa de colostomia e é atendido pelo programa de dispensação de bolsas do Hospital Lineu Araújo.

Em média, Anthony utiliza 25 bolsas de colostomia por mês, mas só recebe 10 pelo programa,

e passou três meses sem ter acesso ao material. O fato dele morar com a família em uma cidade a 300 km de distância de Teresina – no município de Caxingó, norte do Piauí – dificultou ainda mais o recebimento das bolsas.

“No começo era muito prático [no Lineu Araújo], eu ia e pegava as bolsas. Eles ajudam bastante, mas só se a gente for até lá. E esse é o problema de quem mora no interior. Para o pessoal que mora em Teresina é mais fácil, porque tem mais acessibilidade aos produtos quando eles chegam, e que para gente não chega. Teresina é o único pólo de distribuição, e é mais fácil para quem está na capital, ou próximo de lá. Eu não posso todo mês ir lá buscar, presencialmente, porque são 4h30 de viagem com ele”, explica a mãe, Lidiane Maria da Silva.

A dona de casa, hoje, recebe o valor de um salário mínimo enquadrado no Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), mas, antes disso, organizava rifas a fim de conseguir arrecadar recursos para compra dos materiais de higienização do Anthony Tobias, que convive com a bolsa desde muito pequeno, mas leva a vida como qualquer criança de sua idade.

“Quando ele era menor, ele puxava muito a bolsa, machucava a pele, ele chorava. Hoje ele aceita muito bem. Ele não tira, diz que a bolsa é dele, mostra para as pessoas. Ele é exemplo em todo lugar que ele vai. Ele é uma criança ativa, anda, corre, pula, se joga no chão. Ele faz tudo, não aparenta que tem uma bolsa”, pontua a mãe.



Arquivo Pessoal

“A ostomia salvou a vida da minha filha”, relata mãe de bebê

Assim que veio ao mundo, Maria Luiza Andrade também precisou passar por uma cirurgia e colocar a bolsa de colostomia. Ela nasceu com uma anomalia anorretal e passou cerca de sete meses usando o material de coleta. O tempo de uso teria sido muito maior se não fosse uma complicação de urgência



Arquivo Pessoal

que fez com que Maria Luiza tivesse que fazer uma nova cirurgia. Com isto, os médicos realizaram a abertura do reto e a reversão da ostomia.

Hoje, com 1 ano e 2 meses, a bebê vive como qualquer outra criança. Brinca, pula, sorri e se diverte com a sua amiga Malu, boneca ostomizada que foi confeccionada ainda na época em que Maria Luiza usava a bolsa. Sua mãe, a professora Cristiane Andrade, de 42 anos, relembra como foi difícil passar por tudo isso.

“Primeiro, nós passamos por um processo de aceitação, nos perguntamos porque isso aconteceu com nossa filha. Mas, sou muito grata, pois agora estamos contando nossa vitória. Antes eu não tinha essa consciência, mas agora sei que a ostomia salvou a vida da minha filha”, relata.

Para Cristiane Andrade, um dos maiores desafios quando se tem que lidar com essa deficiência é a falta de informação, tanto por parte da sociedade em geral, como por parte dos profissionais que, supostamente, deveriam entender do assunto. “Quando Maria Luiza precisou colocar a bolsa, tivemos dificuldade em ter enfermeiros que soubessem como colocar e limpar. Foi aí que eu entendi que precisava falar sobre o assunto, para que mais pessoas comessem a compreender. Quero ajudar outras mães que passam pelo o que eu passei e dizer que não é fácil, mas que a gente consegue”, destaca.

Depois de passar metade do seu tempo de vida em torno da ostomia, hoje Maria Luiza carrega somente a cicatriz do processo e a certeza de que, mesmo ainda tão pequena possui uma grande força.

(Emelly Alves e Ithyara Borges)

CONTINUAÇÃO DA CAPA

“A responsabilidade tem que ser dividida”, diz MPPI sobre assistência

Teresina é a única cidade do Piauí que oferece serviços aos pacientes ostomizados

Emilly Alves
Especial para O DIA

Ithyara Borges
Repórter



Assis Fernandes/O DIA

Os problemas enfrentados pelos pacientes ostomizados no Estado passam, na maioria das vezes, pela centralização da assistência, que só existe atualmente em Teresina. O Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo (CISLA) é o único centro de Saúde em todo o Estado que cadastra este e distribui os materiais necessários e que são de direito deles. Mas, atender o Piauí inteiro e até mesmo cidades de outros estados tem sobrecarregado a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e prejudicado quem precisa do auxílio.



Assis Fernandes/O DIA

O Ministério Público do Piauí (MPPI) tomou conhecimento dos problemas enfrentados pela gestão quando começou a receber reclamações individuais sobre a falta de bolsas de diversas especificidades no Lineu Araújo. Após averiguação, o órgão constatou que o programa, que é financiado pelo SUS, não tem uma contrapartida financeira do Governo do Estado e, por isso, não há pólos em outros municípios.

“De certa forma é injusto para com o sistema de saúde pública local o encargo único de custear toda essa dispensação de bolsas. Essa discussão tem que ser ampliada para trazer esses outros atores, para que se financie e realize a descentralização. As equipes concentradas em Teresina não conseguem dar assistência devida aos pacientes e essa dificuldade pode ser minimizada, tanto na questão do deslocamento como no desgaste emocional. Precisamos trazer a responsabilidade de quem realmente tem a responsabilidade nestes casos”, disse o promotor Eny Pontes, que presidiu a audiência.

Além da distribuição das bolsas, o MPPI tem acompanhado o processo de compra do material, a demora na realização do exame de colonoscopia e o número de cirurgias de reversão realizadas no Hospital Getúlio Vargas (HGV), que é referência no Estado.

“A Prefeitura Municipal de Teresina tinha uma comissão de licitação na FMS. Ela foi desfeita e quem faz todas as compras da prefeitura, incluindo a Fundação, é a Secretaria de Administração. Foi nos relatado que está havendo alguma dificuldade, alguma demora na realização dessas compras em razão dessa remessa dos processos licitatórios da Saúde para Secretaria de Administração. Estamos investigando porque houve esse atraso e a falta de estoque das bolsas”, pontua Eny Pontes.

A enfermeira Sandra Bezerra, que monitora os pacientes do CISLA e é Membro da Associação Brasileira de Estomaterapia (SOBEST), afirma que apenas a descentralização não será suficiente se não houver políticas públicas eficazes de assistência, para avaliar os pacientes de maneira periódica.

“O Estado é grande, com cidades distantes, e os pacientes destes locais não vêm a Teresina, a maioria são idosos por câncer colorretal. Eles não têm condições de estarem vindo para capital para serem avaliados. A descentralização precisa ser com responsabilidade. O programa precisa ser estadual, temos pessoas qualificadas para atendermos essa demanda”, destaca a profissional.

>>> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO QUER DESCENTRALIZAÇÃO EFICIENTE

Julgamentos e críticas fazem parte de um tabu que vem sendo quebrado pelas pessoas ostomizadas. Desta forma, o trabalho do MPPI pretende, além de assegurar os direitos legais, proporcionar qualidade de vida aos ostomizados, reduzindo, consequentemente, o preconceito para com estes pacientes.

“A gente fala que é uma deficiência invisível, mas as pessoas olham e criticam. Já passei por momentos que eu não esperava. Já aconteceu também de a bolsa estourar na rua e ficarem falando que meu filho era fedido, dizendo que eu não limpava ele”, lembra Lidiane Maria, mãe de Anthony Tobias.

O Promotor Eny Pontes garantiu que, caso não haja uma resolução dos problemas atuais e um comprometimento do governo estadual com relação ao cofinanciamento do programa, o MPPI acionará a justiça. “Vamos fazer a nossa parte. A gente tem que envolver os entes e a sociedade como um todo, e sensibilizar as gestões. A partir daí, se não houver essa sensibilização, nós ingressamos com as ações jurídicas”.

Já a Secretaria de Saúde do Estado informou, por meio da assessoria de imprensa, que “a dispensação das bolsas de colostomia é de responsabilidade de serviços de saúde especializados e habilitados pelo Ministério da Saúde, que recebem financiamento específico do SUS e que Teresina possui o serviço habilitado e é responsável pela distribuição de bolsas no Estado”.

Desde 2007, 16 de novembro é considerado o Dia Nacional dos Ostomizados. E, em 2021, foi instituído o “Novembro Verde”, com o objetivo de trazer visibilidade às pessoas ostomizadas. “Eles também são felizes e que têm chances de viver”, conclui Cristiane Andrade, mãe da pequena Maria Luiza.

(Emilly Alves e Ithyara Borges)

Ostomizados temporários esperam até oito anos pela cirurgia de reversão no Piauí

A estimativa é que em todo o estado do Piauí haja pelo menos 2 mil pacientes ostomizados. Destes, 1.500 estão cadastrados no Programa Ostomizados do CISLA; os demais acredita-se que façam o acompanhamento por planos de saúde ou em clínicas particulares.

A enfermeira Sandra Bezerra aponta que um dos principais problemas está relacionado aos ostomizados temporários, que estão na fila de espera, seja para realizar o exame de Colonoscopia – que avalia o intestino grosso e a parte do intestino delgado, e é primordial para cirurgia de reversão –, ou para fazer o procedimento cirúrgico que reconstrói o trânsito intestinal do paciente.

No Piauí, cerca de 700 pessoas estão aguardando a cirurgia de reversão, tendo a qualidade de vida prejudicada. No caso da pequena Maria Luiza, a cirurgia de reversão só foi feita devido à uma urgência, já que a complicação poderia ser fatal a sua vida. Porém, nem todos têm a mesma oportunidade.

“No geral, com três meses já teriam a condição de reconstrução, mas aqui nós temos pacientes com cinco, com oito anos de ostomia. O gargalo é a colonoscopia e nós temos estrutura para fazer”, resalta Sandra Bezerra.

Em outubro, a direção do CISLA informou ao MPPI, durante audiência, que a fila de regulação para o exame de colonoscopia era de cerca de 4.200 pacientes, sendo duas mil pessoas de Teresina e o restante do interior do Estado.

O Anthony Tobias faz parte deste grupo. Hoje ele já consegue eliminar as fezes, também, pelo ânus e teria grandes chances de passar pelo exame de colonoscopia este ano. Se não fosse um erro na hora de colocarem seu nome na lista de espera, ele e família poderiam já estar comemorando o sucesso da cirurgia.

“Me ligaram para ir fazer o exame em Teresina, mas chegando lá fomos avisados que não era ele. Era outra criança, com um nome que era parecido, mas os nomes dos pais eram totalmente diferentes”, lamenta Lidiane Maria.

O Jornal O DIA tentou contato com a direção do Lineu Araújo para questionar os problemas enfrentados pelos pacientes ostomizados, mas a assessoria disse que o órgão não vai se posicionar sobre o assunto.

Na audiência com o MPPI, em outubro, o Diretor-Geral do CISLA, Dr. Francisco José Cavalcante, informou que a criação de consultas de colonoscopia no Centro, que ajudaria no andamento da fila de espera, não depende apenas da compra de equipamentos, mas também de uma equipe específica de profissionais.

Sobre a falta de estoques de bolsas de colostomia meses atrás, Dr. Francisco José Cavalcante havia dito que o Lineu Araújo passou por dificuldades durante a pandemia de Covid-19 e que os processos para solicitação de compra foram feitos em tempo hábil na tentativa de que não houvesse a descontinuidade.

(Emilly Alves e Ithyara Borges)



Jailson Soares/O DIA